

Diretor do PAS 15 é acusado por desvios

A farmacêutica Márcia Virgínia Tavorali Arnold, ex-vice-presidente da Cooperpas 15 (Tatuapé) do Plano de Atendimento à Saúde (PAS), está acusando na Justiça o ex-presidente da Cooperpas e atual diretor do módulo, Antônio Carlos da Silva, de favorecer a contratação de empresas e de estar inabilitado para assumir a diretoria da cooperativa. Márcia alega que foi destituída do cargo porque descobriu uma série de irregularidades, entre elas a de que Silva responde a processo criminal na Polícia Federal e, por isso, não pôde usar seu CPF para abrir juridicamente a Cooperpas 15 em abril do ano passado.

Márcia afirma que o número de seu CPF foi utilizado, sem ela saber, na abertura jurídica da Cooperpas 15. "Ele (Silva) pedia para assinar as coisas e eu nem pensava, era muita pressão", disse. Márcia denunciou também superfaturamento de compras e favorecimento de empresas contratadas pela agenciadora do módulo, a Multi Service, que recebe mensalmente 6% do dinheiro repassado à Cooperpas 15, o que representa hoje a quantia de R\$ 355 mil. "Se isto acontece em todos os módulos, o Município



Ricceto aponta perdas da Prefeitura

está perdendo aproximadamente R\$ 63 milhões no ano com os agenciadores", contabilizou Luiz Ricceto Neto, um dos advogados da farmacêutica, que está sugerindo à Justiça o pedido de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal e a abertura de inquérito criminal junto à Procuradoria Geral do Estado.

A farmacêutica foi diretora do Hospital do Tatuapé, Zona Leste por 18



Fotos: Nário Barbosa

Márcia levanta até superfaturamento

anos e uma das fundadoras da Cooperpas 15. Ela conta que foi eleita por assembleia para o cargo de vice-presidente com mandado de quatro anos. Quando começou a se recusar a assinar cheques e a questionar as contas, Márcia foi destituída e a diretoria da cooperativa, modificada. Antônio Carlos Silva passou, então, a diretor de módulo e a farmacêutica foi devolvida à Secretaria Municipal de Saúde.

Os advogados de Márcia entraram com uma medida cautelar na 3ª Vara Cível do Fórum Regional do Tatuapé pedindo imediato retorno da funcionária às suas funções no PAS. "Como se trata de uma cooperativa, apenas outra assembleia teria poder para destituí-la do cargo", explicou Ricceto. No processo, com mais quase 400 páginas, consta documentação comprovando cada uma das acusações de Márcia.

Antônio Carlos da Silva disse, através de sua assessoria de imprensa, que também está processando Márcia por calúnia e difamação e que não se manifestará sobre o assunto por enquanto. Ele negou apenas que a enfermeira tenha deixado a vice-presidência da Cooperpas 15 ilegalmente. Segundo Silva, uma assembleia aprovou por 118 votos a um pela sua destituição. Orlando Magnoli, coordenador de comunicação do PAS e da Secretaria Municipal de Saúde, disse que, caso sejam constatadas irregularidades na contratação de empresas e superfaturamento na compra de mercadorias, as contas apresentadas à secretaria são passíveis de anulação.